

## Tarifação extra para consumo de água terá início neste mês

Copasa pode definir sobretaxa a qualquer momento e quer inibir uso maior do que em 2014

Angélica Diniz

Foto: O Tempo

[www.otempo.com.br](http://www.otempo.com.br)



Vazio. Nível de importantes represas, como Serra Azul, em Juatuba, está muito baixo e pode faltar água para abastecer população

A Copasa definiu ainda para este mês o início da tarifação extra para punir quem não economizar água. Uma fonte da empresa, ligada diretamente à ação, garantiu que a medida deve começar em poucos dias com o objetivo de restringir o uso da água pela população. A regra, segundo a fonte, é não deixar que o consumidor ultrapasse a média de consumo dos últimos 12 meses. A meta do governo mineiro é conseguir com uma série de ações uma redução de 30% da utilização da água da Copasa. Entre janeiro e fevereiro, esse índice teria chegado a 10%.

Apesar dessa determinação de sobretaxar o gasto excessivo, a decisão esbarra ainda na autorização da Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Minas (Arsae-MG), órgão autônomo que cuida da tarifação da água. O diretor geral, Antônio Abrahão Filho, garante que nenhum projeto de sobretaxa chegou à agência, por isso não quis se manifestar.

No entanto, uma fonte com trânsito na Arsae-MG afirmou que essa determinação do governo de Minas e da Copasa pode encontrar alguns obstáculos do ponto de vista técnico. “É preciso muito estudo e debate para tomar uma medida de tarifação, que é complexa, e isso não se faz a portas fechadas. O órgão vai agir com autonomia e não tomará decisões sem a análise técnica necessária”, afirmou a fonte. Para ser dada a autorização da cobrança de tarifas, a agência realiza audiências públicas e estudos técnicos, até que se chegue a uma conclusão.

Apesar desse possível entrave, o deputado estadual Iran Barbosa (PMDB), que está à frente da Comissão Extraordinária das Águas na Assembleia Legislativa, assegurou que o valor da tarifa e data a ser implantada serão definidos nesta segunda, durante uma reunião da força-tarefa do governo de Minas para

enfrentar a crise hídrica. “Esses detalhes são acertados e não dependem de autorização da Arsae. A própria Copasa pode instituir sozinha o valor da tarifa. A Arsae pode é estabelecer um teto”, alegou.

A medida deve esperar pelo menos até o próximo dia 10, data em que será realizada a reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), quando será colocada em votação a Deliberação Normativa que estabelece as regras para o consumo de água em Minas Gerais. Se o documento for aprovado pelos membros, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) pode decretar a situação de escassez hídrica. Uma das propostas contidas na deliberação é a redução de 20% do volume diário de captação de água para consumo humano, 30% para indústria e de 30% para irrigação.

**Imóveis.** Um dos questionamentos sobre a cobrança da sobretaxa é como ela será feita em imóveis que estiveram desocupados no último ano. O especialista em direito imobiliário Kênio Pereira alerta que será preciso criar uma norma justa e razoável, porque existem situações em que o ocupante não pode ser penalizado. “Um imóvel que esteve vazio, ou que foi ocupado por mais pessoas, tem que ser considerado”, ponderou.

### **Fiscais coibem irregularidades**

Equipes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos flagraram 29 irregularidades em 28 pontos de captação de água. As fiscalizações ocorreram em Barbacena, Corinto e na região do rio Manso, que abastece a região metropolitana de Belo Horizonte.

Foram encontradas fraudes com relação à falta de certidão de uso ou outorga e o descumprimento de condicionante para uso de recursos hídricos. Os responsáveis foram autuados e notificados a buscarem a regularização junto a órgãos competentes.